

A Nossa Força é a Nossa Razão Museu Cenário da Memória do Povo, Timor-Leste¹

Cristina Prata
Centro Audiovisual Max Stahl

Vídeo: A Nossa Força é a nossa razão



<https://youtu.be/6CLE1AWV8cM>

Neste artigo faz-se uma reflexão sobre a construção do “Museu Cenário da Memória do Povo” em Timor-Leste, no quadro das políticas nacionais para a salvaguarda da memória.

Em 2002 Timor-Leste restaura a sua independência, após 24 anos de ocupação indonésia e 500 de colonização portuguesa. A ocupação Indonésia dá lugar a uma luta de 24 anos de guerra de resistência que hoje exige a devida leitura histórica.

É neste contexto que, em 2003, um grupo de cidadãos pertencentes à Frente Clandestina, inicia a construção do “Museu Cenário da Memória do Povo”, em Samalari, distrito de Baucau. Trata-se de um exemplo de museologia comunitária, nascida num esforço duplo, ora de exigir uma História que integre diferentes vozes, ora de reclamar os benefícios atribuídos pelo Governo, no âmbito da política de compensação dos “Combatentes da Libertação Nacional”.

Na atualidade, Timor-Leste leva a cabo uma política de memória, onde a ampliação de testemunhos e a recolha sistemática de fontes orais deve, necessariamente, ter lugar.

Num país onde a tradição é passada por via oral, não pode fazer depender a escrita da sua História, dos documentos escritos.

Complementamos este artigo com um filme de 10 minutos, com o mesmo título.

¹ Este artigo corresponde à comunicação apresentada na XIX Conferência Internacional de Historia Oral - IOHA, Bengaluru – Índia, 27 de junho a 1 de julho de 2016.



Fotografia 1: Max Stahl entrevista a Alex Daitula no abrigo em Samalari, Baucau, 8 de novembro, 1991.

Neste texto queremos fundamentar o extraordinário valor das Fontes Orais para a escrita de uma história mais justa e aproximada do passado, bem como o papel dos museus comunitários enquanto locais de aproximação e valorização das populações.

Em nosso entender o Museu Cenário da Memória do Povo de Samalari constitui um exemplo de boas práticas. Acreditamos que um movimento comunitário de recolha, salvaguarda e socialização da memória permitirá a abertura de caminhos para a confiança e a compreensão mútuas, essenciais ao processo de aprofundamento da democracia.

Este estudo integra-se no quadro do trabalho que desenvolvemos no Centro Audiovisual Max Stahl, em 2013 e 2014, apoiando o “Museu Cenário da Memória do Povo” na recolha de testemunhos.

Resistência Clandestina

No dia 8 de novembro de 1991 David Alex Daitula,² Sub-Chefe do Estado Maior das Falintil, responsável pela Região II, recebe o jornalista Max Stahl³. Chega a Timor para recolher informações de um país ocupado desde 1975. Uma complexa rede de pessoas, pertencentes à Frente Clandestina, permite que se desloque até Baucau, suco de Samalari - Ossoluga, onde num abrigo natural tem encontro marcado com a Frente Armada.

As forças indonésias estão muito próximas. Em surdina fala sobre os objetivos da luta, da complexidade de viver tão próximo do inimigo e do papel da comunidade, a Frente Clandestina. A ela se deve a subsistência e a informação que permitirá os movimentos de defesa e ofensiva. Diz Alex Daitula:

“Temos elementos que estão a lançar-se para aí, quando o inimigo faz uma coisa qualquer, automaticamente chega aos ouvidos dos nossos

² David Alex, mais conhecido por Daitula nasce em Bualale, Quelicai, Baucau em 1940. No final de 1976, torna-se comandante das Forças de Intervenção 701, localizadas perto do Matebian. No início de 1977, David tornou-se o 2.º Comando da Companhia de Choque (KC). Permanece na região, ocupando, mais tarde, o lugar de Sub-Chefe do Estado-Maior das FALINTIL e é responsável pela Região II. É capturado na madrugada de 25 de junho de 1997. O facto do corpo nunca ter sido encontrado envolve este acontecimento em polémicas relacionadas com as circunstâncias da captura, ou mesmo da concretização da morte.

³ Max Stahl nasce no Reino Unido em 1954. Entra em Timor, pela primeira vez, em 1991 como jornalista de guerra.

estafetas e eles, por sua vez, vêm-nos informar, ou (...) alertar os outros companheiros, para estarem prevenidos, para não caírem nas emboscadas que o inimigo tem feito. Agora não só para nós, os guerrilheiros, também para a população, os nossos compatriotas que estão ali dentro (...) são capturados para interrogar.” (Alex Daitula, 1991)

O risco de receber um jornalista seria compensado se a comunidade internacional visse e percebesse, exatamente, o que estava a acontecer.

A abertura de Timor ao exterior, autorizada desde 1989, permite à Resistência sonhar que o mundo possa conhecer, com fidelidade, a realidade vivida em Timor-Leste. Neste contexto, é dada prioridade a ações destinadas a fazer entrar no território jornalistas que possam levar para o exterior, não só as razões dos líderes da guerrilha, mas igualmente as dores das vítimas.

Após a entrevista, Max Stahl deixa Alex Daitula para regressar a Díli, onde no dia 12 de novembro regista imagens do Massacre de Santa Cruz com as quais Timor-Leste é exposto, finalmente, aos olhos do mundo.

Os 24 anos de luta de Resistência contra a ocupação Indonésia são possíveis pelo envolvimento de 3 Frentes de luta: Armada, Clandestina e Diplomática.⁴

A Frente Clandestina é constituída por uma complexa teia de homens, mulheres e crianças que garantem a circulação da informação, bem como o fornecimento de alimentos ou outros bens, pese embora a assiduidade da violência, das prisões e da morte.

Em Baucau, a Sub-Região de Vivake protege o abrigo de Alex Daitula. Não sendo permitido o livre trânsito, são usadas “caixas”, por vezes uma pequena lata enterrada, para fazer circular a correspondência. A

tarefa de depositar e recolher a informação é realizada pelos estafetas ou “caixas” mediante o cumprimento de códigos expressos em sons ou marcas nos caminhos. O transporte para lugares mais distantes ficará, posteriormente, a cargo das “vias”. A responsabilidade é grande e o risco também.

Alex Daitula será capturado e morto em 1997, às portas da Restauração da Independência. “*Ficámos órfãos*”, dizem alguns membros “da clandestina”, questionando: - *Ele sabia o que fizemos, quem contará a nossa História?*” (Augusto Gusmão, 2014).

Memórias da Luta

Após a Independência, o novo país em reconstrução faz arrancar medidas para a salvaguarda da memória. Na Constituição da República de Timor-Leste, art.º 11.º,⁵ o Estado compromete-se a valorizar, proteger e compensar todos aqueles que lutaram pela independência. Neste contexto, são tomadas medidas para a preservação dos documentos, mediante a criação de arquivos. Assim, em 2000 é iniciado um trabalho de recolha de documentos históricos.

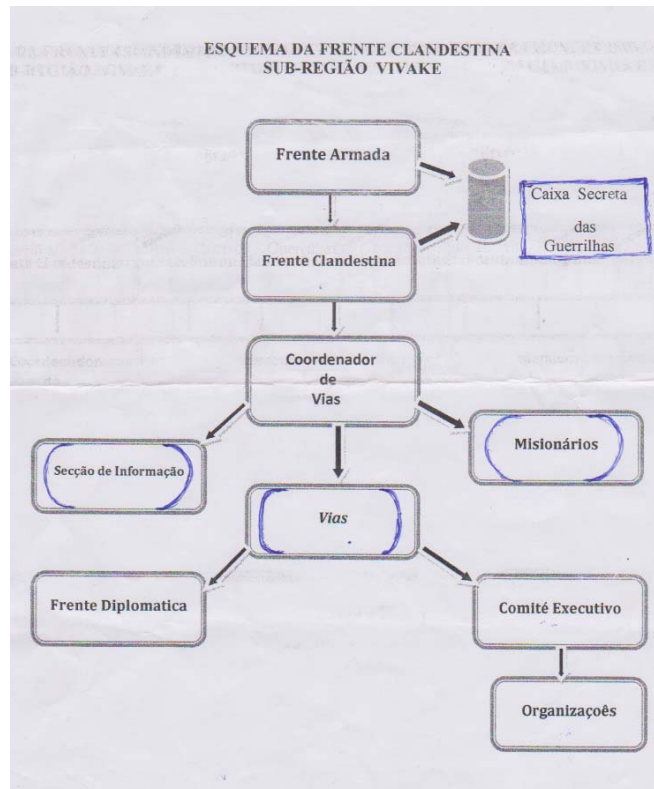
A informação pública relacionada com a Administração Colonial Portuguesa (1945-1975), bem como com a Administração Indonésia (1975-1999) fica à responsabilidade do *Nacional Records and Archives Services Seccion* (NARAS), designação alterada em 2002 para Arquivo Nacional, tutelado pelo Ministério da Administração Interna.

Os documentos privados da Resistência Timorense, oferecidos por membros das Frentes Militar e Clandestina, são destinados ao Arquivo & Museu da Resistência Timorense, criado em 2005.⁶

⁴Para maior desenvolvimento deste tema consultar: Abílio Pires Lousada; António José Oliveira; Carlos Dias Afonso (2014), *A Luta Armada Timorense, na Resistência à Ocupação Indonésia (1975-1999)*, Portugal: Tribuna.

⁵ Constituição da República de Timor-Leste, República Democrática de Timor-Leste. Consultada em 20 de maio de 2016. http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf

⁶ Para maior informação sobre o Arquivo & Museu da Resistência Timorense, consultar: <http://amrtimor.org/>



Fotografia 2: Concebida por Júlio Sequeira, Via Baucau, 2014

Neste mesmo ano é criado o Secretariado Técnico Pós-Comissão Acolhimento Verdade e Reconciliação para, entre outras funções, salvaguardar o arquivo constituído durante os anos de pesquisa. Tem à sua guarda milhares de registos sobre as violações aos direitos humanos em Timor-Leste, durante o período de ocupação.

Uma ação não estatal, mas de singular relevo neste contexto, foi a criação do Centro Audiovisual Max Stahl, em 2003 por Max Stahl com o apoio da UNESCO. O Centro preserva o principal espólio de documentos audiovisuais datados de 1991 até à atualidade. Em

2013 é classificado pela UNESCO, como “Memória do Mundo”.⁷

A Memória da luta é traduzida em imagens e factos arrumados em cronologia, numa narrativa fixada em livros e exposições.

Em 2006, a aprovação da Lei n.º 3/2006 que cria o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional (alterada em 2009 e 2011) vem permitir a implementação de medidas de compensação, nomeadamente o pagamento de pensões aos veteranos, aos órfãos, às viúvas ou outros parentes, a atribuição de bolsas de estudos e apoio ao emprego.⁸

⁷ Max Stahl filma diferentes fases da construção do “Museu Cenário da Memória do Povo”. Todos os documentos estão acessíveis no Centro Audiovisual Max Stahl, Díli.

⁸ Lei n.º 3/2006, de 12 de abril, Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, Jornal da República, Série I, n.º 7, de 12 de abril de 2006. Consultado em 21 de Maio de 2016, http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/DL_2006_10_Regime_Juridico_Actividade_Assistencia_Escala_1.pdf
Decreto-lei nº 8/2009 de 15 de janeiro, Regime de atribuição de bolsas aos filhos dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional, Jornal da República, Série I, n.º 2, de 15 de janeiro de 2009. Consultado em 21 de maio de 2016,

<http://mj.gov.tl/jornal/lawsTL/RDTL-Law/RDTL-Decree-Laws-P/Decreto-Lei%2008-2009.pdf>

Lei n.º 2/2011, de 23 de março, Segunda alteração da lei n.º 3/2006, de 12 de abril, Jornal da República, Série I, n.º 11 de 23 de março de 2011. Consultada em 21 de maio de 2016, http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no11.pdf

Jornal da República, Série I, n.º 40, de 16 de novembro de 2014. Consultado em 18 de maio de 2016. http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2014/serie_1/SERIE_I_NO_40.pdf

Proposta do Decreto-Lei do “Conselho de Combatentes da Libertação Nacional”, 14 de abril, 2015. Consultada em 21 de maio de 2016, <http://www.mss.gov.tl/resources/Konsellu%20Kombatentes%20Libertasaun%20Nasional.pdf>

No Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (2011-2030), publicado em 2011, pode ler-se:

“Enquanto nação estamos a honrar o nosso passado e os nossos veteranos. Inaugurámos o Jardim dos Heróis em Metinaro como memorial nacional e local de reflexão e estamos a expandir o Arquivo e Museu da Resistência Timorense. O Estado estabelece um registo de combatentes da resistência armada e estamos a assegurar um nível de protecção social através do pagamento de pensões a veteranos e respetivas famílias (...). Continuaremos a providenciar o reconhecimento oficial (...) através da atribuição de medalhas aos combatentes da libertação nacional. Continuaremos também a assegurar a protecção social e pensões aos nossos veteranos e às suas famílias. Isto inclui um sistema de atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos Mártires e Combatentes da Libertação Nacional (...)” (Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, 2011:50).

A atribuição de pensões, que constitui uma das principais medidas de reconhecimento e compensação, exige a realização de complexos procedimentos de registo, com apresentação de evidências que comprovem a dedicação exclusiva à Luta de Resistência, irá beneficiar, sobretudo, a Frente Militar. Estes dispõem, como testemunho, não só da palavra dos seus companheiros de lutas, mas, muitas vezes, também de documentos escritos e fotografias que circulam com abundância, enquanto símbolos da força e da dinâmica da Resistência Armada.

A Frente Clandestina, pese embora ter permitido a circulação desses mesmos documentos, não possui, porém, quaisquer registos da sua atividade. Mandava a segurança que um membro conhecesse, apenas, outros três. Impunha o medo que nem a própria família soubesse do seu envolvimento. Mesmo com longos anos de dedicação à “clandestina”, nomeadamente construindo e guardando os abrigos da Frente Militar, criando e alimentando “caixas” de

informação, como fazer prova? Como defender como verdadeiro o que tão poucos sabiam e que, em tantos casos, não sobreviveram para contar?

Esta realidade constitui um elemento de tensão entre os membros da Frente Armada e da Frente Clandestina, que, sentindo-se injustiçados, tomam nas suas mãos a responsabilidade de dar a conhecer o passado.

As Políticas Nacionais de homenagem aos Veteranos de Guerra em Timor-Leste têm sido estudadas por autores como Lia Kent (2011) e Michael Leach (2008). Refletem sobre o esforço desenvolvido pela comunidade para manter viva a lembrança de todos os que se sacrificaram no passado, evidência que, pese embora a bondade dos esforços do Governo, esta é considerada, ainda, uma tarefa inacabada.

“These dynamics, which are evident in civil society campaigns for victims’ rights and reparations, and in the political tenor of local memorialization practices, suggest that East Timorese survivors are in various ways reproducing, resisting and transforming ‘official’ discourses of justice and nation building.” (Kent, 2011: 436)

Lutas Pela Memória

Nas narrativas construídas, ainda a ausência de quem “perdeu”, nas cronologias, milhares de dados, onde vozes dissonantes e dados conflituantes ainda não têm lugar. Massacres ainda não referenciados, locais simbólicos não identificados, milhares de pessoas cujo sacrifício é, ainda, desconhecido.

É neste contexto que Saturnino Belo,⁹ dá início ao envolvimento da comunidade de Samalari para a construção de um Museu, no local próximo do abrigo de David Alex Daitula. *“Um lugar onde os visitantes*

⁹ Saturnino Belo (1959) é Coordenador de «vias», Ossoluga, Baucau. Termina os estudos em 1974, com o sonho de ser professor, mas as transformações políticas não irão permitir. Em 1975 assiste à ocupação do aeroporto de Baucau e parte com a família para Uaibobo, subdistrito de Ossu. Em 1976 é capturado, juntamente com a sua família, e levado para o cerco de Uailili. Em 1980 integra o Movimento da Frente Clandestina da Sub Região de Vivake. É, juntamente com Alcino Freitas Somodok, seu irmão, o responsável pela «caixa 1.º de Outubro». Em 1986 a «caixa» é descoberta e capturam todos os membros. Saturnino permanece na prisão até 1990. Regressa como coordenador de «vias», sendo responsável pela «via» que dinamiza a «caixa Inglaterra», que irá permitir o encontro entre Max Stahl e Alex Daitula. É novamente detido em 1991, no dia 30 de novembro, por envolvimento nas manifestações em Santa Cruz. Sai da prisão em dezembro de 1998. Saturnino Belo, entre 1980 a 1985 tem como nome de código «Huluk Kedas» («trabalha desde antes»), nome atribuído por José Leutéri, que Alex Daitula, mais tarde, substitui por «Brani Nafatin» («sempre corajoso»).

possam conhecer o que foi feito. Os sacrifícios possam ser valorizados”, afirma (Saturnino Belo, 2014).

Mas não só, sabemos que importa, igualmente, erguer um monumento, que constitua motivação para reunir gente que afirme e confirme o seu papel, chamando a si os benefícios do estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional. As listas minuciosas de participantes na rede, os esquemas de relação, os testemunhos, as cerimónias públicas de certificação de “caixas” e “vias”, são disso testemunho.

O museu começa a ser construído em 2003 e passados seis anos, já num contexto de aplicação da Lei n.º 3/2006, numa reunião realizada junto às obras do edifício, José Sequeira “Somotcho”, da Frente Militar – Região IV, afirma:

“Organizem-se para exigirem os vossos direitos. Os direitos que o Estado de Timor dá a todos nós. Hoje não podemos esquecer (...) que este é um espaço para todos virem lembrar tudo o que foi construído por uma organização grande, a Frente Clandestina, a Frente Armada e a Frente Diplomática.” E vai mais longe, sugerindo: *“Nós que no passado estivemos na Frente Armada e vocês na Frente Clandestina temos de trabalhar juntos novamente. Para identificar bem os veteranos, para não abrir a porta aos oportunistas.”* (José Sequeira “Somotcho”, Construção do Museu, 2009).

Museu Cenário da Memória do Povo

O Museu inaugura em 2012. Nas paredes são coladas cópias de fotografias da frente armada, da prisão e de massacres. Um pequeno armário guarda um caixote com documentos. Trata-se de correspondência e circulares. Numa prateleira encontram-se arrumados alguns objetos. Entre eles duas pistolas, quatro granadas e uma dezena de balas. Um ano depois, as

mesmas paredes exibem uma cronologia onde constam as ações mais importantes realizadas pela Frente Clandestina daquela região.

Saturnino Belo diz: *“Queremos transcrever a nossa História para que fique aqui no museu de geração em geração”* (Saturnino Belo, 2014). *“Nós podemos morrer, mas quem sobreviver irá contar. Essa era a mensagem de Kakai e Alex Daitula”,* lembra Egídio Mauloi (estafeta) (Egídio Mauloi, 2014).

No final da sua entrevista Marcelino Freitas “Wairia” (estafeta) afirma: *“Agora o Presidente da República Taur Matan Ruak já inaugurou, o Estado já sabe”* e repete *“o Estado sabe”* (Marcelino Freitas, 2014).

Poucos meses depois da realização das entrevistas,¹⁰ este grupo de homens ou *“a coletividade de cidadãos que escondeu o Sub-Chefe das Falintil David Alex-Daitula”,* em Ossoluga é condecorada com a Medalha de Ordem de Timor-Leste.¹¹

O “Museu Cenário da Memória do Povo” constitui um monumento à Frente Clandestina. Um símbolo, no território, dos homens e mulheres que no passado lutaram pela libertação nacional, e que hoje se encontram à margem das medidas governamentais de apoio aos veteranos de guerra.

“É preciso continuar a resistir”, dizem muitos. Desta vez contra o esquecimento e a injustiça.

Herdeiros da memória de Alex Daitula, a quem tantos chamam pai, parecem persistir na convicção das suas palavras: *“Render nós não rendemos (...). A nossa força é a nossa razão”* (Alex Daitula, 1991).

¹⁰ O Centro Audiovisual Max Stahl realizou 60 entrevistas a membros da Frente Clandestina da Sub-Região de Vivake. Foi usada uma metodologia de capacitação de jovens da comunidade para a recolha, transcrição e tradução de testemunhos, que aqui não é desenvolvida. As entrevistas foram feitas nas línguas tétum e makasae. Todos os documentos estão acessíveis no Centro Audiovisual Max Stahl, Díli.

¹¹ Jornal da República, Série I, n.º 40, de 16 de novembro de 2014. Consultado em 18 de maio de 2016
http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2014/serie_1/SERIE_I_NO_40.pdf



Fotografia 3: Entrevista a Marcelino Freitas “Wairia” (estafeta), Samalari, Baucau, 2014

Video Ficha Técnica:

Autor: Cristina Prata

Edição: Cristina Prata, Eddy Pinto, Horácio Henriques

Produção: Centro Audiovisual Max Stahl

Imagens: Centro Audiovisual Max Stahl

Participantes:

Alex Daitula, Sub- Chefe do Estado Maior das Falintil

Custódio Freitas ‘Bia Mate’, Estafeta

José Sequeira ‘Somotxo’, Frente Militar - Região IV

Saturnino Belo ‘Brani Nafatin’, Coordenador de Vias Região – II

Marcelino Freitas ‘Wairia’, Estafeta – Região II

Egídio da Costa Gerónimo, Mauloi, Estafeta – Região II

Timor-Leste, 2016

Fontes Orais: Centro Audiovisual Max Stahl – Timor-Leste

Augusto Gusmão, 2014, HD_14_0229.

Alex Daitula, 1991, BETA_91_0063; BETA_91_0068.

Construção do Museu do Cenário da Memória do Povo, 2007, MDV_11_0021

Construção do Museu do Cenário da Memória do Povo, 2009, MDV_11_0033; MDV_11_0034

Egídio Mauloi, 2014, HD_14_0234.

Marcelino Freitas “Wairia”, 2014, _14_0152

Saturnino Belo “Brani Nafatin”, 2014, HD_14_0063; HD_14_0153

Fontes Escritas:

- Constituição da República de Timor-Leste, República Democrática de Timor-Leste. Consultada em 20 de maio de 2016, http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf
- Decreto-lei nº 8/2009 de 15 de janeiro, Regime de atribuição de bolsas aos filhos dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional, Jornal da República, Série I, n.º 2, de 15 de janeiro de 2009. Consultado em 21 de maio de 2016, <http://mj.gov.tl/jornal/lawsTL/RDTP-Law/RDTP-Decree-Laws-P/Decreto-Lei%2008-2009.pdf>
- Jornal da República, Série I, n.º 40, de 16 de novembro de 2014. Consultado em 18 de maio de 2016. http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2014/serie_1/SERIE_I_NO_40.pdf
- Lei n.º 3/2006, de 12 de abril, Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, Jornal da República, Série I, n.º 7, de 12 de abril de 2006. Consultado em 21 de Maio de 2016
- http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/DL_2006_10_Regime_Juridico_Actividade_Assistencia_Escala_1.pdf

- Lei n.º 2/2011, de 23 de março, Segunda alteração da lei n.º 3/2006, de 12 de abril, Jornal da República, Série I, n.º 11 de 23 de março de 2011. Consultada em 21 de maio de 2016, http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no11.pdf>
- Proposta do Decreto-Lei do “Conselho de Combatentes da Libertação Nacional”, 14 de abril, 2015. Consultada em 21 de maio de 2016, <http://www.mss.gov.tl/resources/Konsellu%20Kombatentes%20Libertasaun%20Nasional.pdf>
- Timor-Leste, Plano de Desenvolvimento Nacional (2011-2030), (2011), República Democrática de Timor-Leste. Consultado em 21 de Maio de 2016, <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Plano-Estrategico-Desenvolvimento-TL3.pdf>

Referências

- LOUSADA, Abílio Pires; OLIVEIRA, António José; AFONSO, Carlos Dias. (2014). *A Luta Armada Timorense, na Resistência à Ocupação Indonésia (1975-1999)*. Portugal: Tribuna.
- KENT, Lia.(2011). “Local Memory Practices in East Timor: Disrupting Transitional Justice Narratives. In *The International Journal on Transitional Justice*. Vol. 5. 2011. 434-455.
- LEACH, Michael.(2008). “Difficult memories: The independence struggle as cultural heritage in East Timor”. In Logan, W. and K. Reeves (eds), *Places of Pain and Shame: Dealing with Difficult Heritage*. Routledge, London. 144-161.